Notícias do dia 30 de outubro

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 6 | Número de veículos: 6

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - GERAL
TCE - GO
TCE-GO é o 2º melhor do País em transparência ativa 3

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Escola do Legislativo e Procuradoria-Geral da Casa de Leis encerram ciclo de cursos sobre políticas públicas
. 4

DIÁRIO CENTRAL ONLINE - GO - CIDADES
TCE - GO
STF garante vaga a servidora que trabalha no TCE sem concurso há 32 anos 5

MAIS GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
STF garante vaga a servidora que trabalha no TCE sem concurso há 32 anos 6

BRASIL EM FOLHAS ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Escola do Legislativo e Procuradoria-Geral da Casa de Leis encerram ciclo de cursos sobre políticas públicas
. 7

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS - NOTÍCIAS
TCE - GO
Gaepe-GO fará reunião presencial em Goiânia 8

TCE-GO é o 2º melhor do País em transparência ativa

O **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-GO) foi avaliado como o segundo melhor tribunal de contas brasileiro na categoria Transparência Ativa em análise promovida pelo projeto Observa TC, composto pelos observatórios sociais do Brasil, de Brasília, do Rio de Janeiro e de São Paulo. A corte goiana teve o melhor desempenho entre os tribunais de contas estaduais e dos municípios e foi superada apenas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no ranking que avaliou os 33 órgãos de controle externo do país.

No ranqueamento anterior, o **TCE**-GO também havia sido avaliado como o 2º na categoria, que se aplica à divulgação direta de informações de interesse público, independente de solicitações. Tais informações precisam estar disponíveis no site do órgão ou informado o caminho para encontrá-las, de forma que o cidadão com conhecimento mínimo de informática e de administração pública possa encontrá-la e compreendê-la, conforme indica a Lei de Acesso à Informação (Lei n° 12.527/2011).

O Observa TC elegeu 75 informações do ano de 2019 que julgou importante serem divulgadas pelos TCs, destacando a essencialidade de nove delas, relacionadas a dados do próprio tribunal: suas licitações, inexigibilidades, contratos, resultados de auditorias, dados de processos, plano de contratação, regulamentação, jurisprudência e facilidade de pesquisa no site. Tais informações foram coletadas entre 2021 e 2022 pelos voluntários do projeto, nos sites de cada corte.

Em seguida, foram solicitadas de cada tribunal a confirmação dessas informações e as informações não encontradas, de modo que teriam a oportunidade de indicar a correta captação da informação requerida e apresentar as não publicadas ou não encontradas pela equipe dos observatórios.

Site: https://dmacervo.com.br/storage/edicoes/2023-10-30%2000:20:52.pdf

Escola do Legislativo e Procuradoria-Geral da Casa de Leis encerram ciclo de cursos sobre políticas públicas

A Escola do Legislativo encerrou nesta segunda-feira, 30, o módulo final do curso promovido em parceria com a Procuradoria-Geral da Casa, com o tema "Instituição de políticas públicas por iniciativa parlamentar". A aula inaugural ocorreu dia 29 de setembro e até a data de hoje foram cinco módulos ministrados nos encontros intermediados pelo time de procuradores da **Alego**, servidores do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-GO) e por professores da Universidade Federal de **Goiás** (UFG).

O curso teve por objetivo evidenciar aos servidores da **Alego**, sobretudo aqueles lotados em gabinetes, analisar e compreender sob os métodos juscientíficos a temáticas referentes à instituição de políticas públicas por iniciativa parlamentar, de modo a abordar os limites e as possibilidades. Além disso, o curso também esclareceu sobre critérios qualitativos para que a atividade seja realizada de forma eficaz, eficiente e efetiva.

Primeiros encontros

A aula inaugural foi ministrada pelo pós-doutor na área de teoria do direito Saulo de Oliveira Pinto Coelho. Ele explanou que políticas públicas são estratégias, planos, ações e decisões tomadas por governos e autoridades públicas para abordar problemas que afetam a sociedade como um todo. "Desempenham um papel fundamental na governança de um país e impactam profundamente a vida da população", pontuou.

O módulo II, intitulado "Instituição de Políticas Públicas por Iniciativa Parlamentar: Limites e Possibilidades", foi liderado pelo procurador da Casa Eduardo Henrique Lolli.

O módulo III, intitulado "Avaliação de políticas públicas e de impacto legislativo como garantia da qualidade das ações governamentais", foi ministrado pela **auditora** do **TCE**-GO Heloísa Helena.

No quarto módulo, o procurador Rafael Vasconcelos, explanou sobre o papel estratégico das leis orçamentárias na relação entre governo e legislativo e, também, discorreu sobre as diferentes leis orçamentárias, como o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA).

Encerramento

No último encontro, realzado hoje, foi ministrado pelo procurador da Casa, Eduardo Henrique Lolli. Os alunos realizaram um exercício com questões referentes aos conteúdos abordados. Após a resolução do exercício, as questões foram corrigidas pelo procurador de maneira explicativa, contextualizando com o dia a dia na **Alego**. Os exercícios abordaram a definição de políticas públicas, bem como os modelos possíveis que são desenvolvidos. Além disso, os tipos de avaliação e monitoramento de políticas públicas e os aspectos orçamentários também foram abordados nos exercícios de fixação de conteúdo.

Site: https://portal.al.go.leg.br/noticias/138666/escola-do-legislativo-e-procuradoria-geral-da-casa-de-leis-encerram-ciclo-de-cursos-sobre-politicas-publicas

STF garante vaga a servidora que trabalha no TCE sem concurso há 32 anos

A ministra Cármem Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), confirmou decisão do Tribunal de Justiça de **Goiás** e reconheceu o direito de uma servidora do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**) de permanecer no cargo. A servidora foi contratada sem concurso público há mais de 32 anos. Inicialmente, ela foi admitida pela Assembleia Legislativa de **Goiás** em 1985, cedida ao **TCE**-GO em 1990 e teve sua posição alterada com a Lei Estadual 15.122/2005.

O tribunal goiano considerou, na primeira decisão, que a servidora teve seu regime alterado (de celetista para o estatutário) por força de norma interna, no ano de 1990, e permaneceu por mais de 25 anos (até a propositura da ação) exercendo os cargos de boa-fé, sem qualquer questionamento por parte do Poder Público.

Assim, a ministra Cármen Lúcia indeferiu recurso apresentado pelo Ministério Público para anular ato de admissão por "absorção" e transposição de cargo da servidora. O MP alegou que o ingresso da parte nos quadros de servidores do **TCE**-GO se deu de modo inconstitucional, em violação às regras da Constituição Federal de 1988.

A ministra pontuou que, para reexaminar a decisão do TJGO, seria necessário o reexame da matéria fático-probatória e da legislação infraconstitucional aplicável ao processo.

Site: http://diariocentral.com.br/cidades/stf-garante-vaga-a-servidora-que-trabalha-no-tce-sem-concurso-ha-32-anos

STF garante vaga a servidora que trabalha no TCE sem concurso há 32 anos

Eduardo Pinheiro

A ministra Cármem Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF) , confirmou decisão do Tribunal de Justiça de **Goiás** e reconheceu o direito de uma servidora do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**) de permanecer no cargo. A servidora foi contratada sem concurso público há mais de 32 anos. Inicialmente, ela foi admitida pela Assembleia Legislativa de **Goiás** em 1985, cedida ao **TCE**-GO em 1990 e teve sua posição alterada com a Lei Estadual 15.122/2005.

O tribunal goiano considerou, na primeira decisão, que a servidora teve seu regime alterado (de celetista para o estatutário) por força de norma interna, no ano de 1990, e permaneceu por mais de 25 anos (até a propositura da ação) exercendo os cargos de boa-fé, sem qualquer questionamento por parte do Poder Público.

Assim, a ministra Cármen Lúcia indeferiu recurso apresentado pelo Ministério Público para anular ato de admissão por "absorção" e transposição de cargo da servidora. O MP alegou que o ingresso da parte nos quadros de servidores do **TCE**-GO se deu de modo inconstitucional, em violação às regras da Constituição Federal de 1988.

A ministra pontuou que, para reexaminar a decisão do TJGO, seria necessário o reexame da matéria fático-probatória e da legislação infraconstitucional aplicável ao processo.

Site: https://www.maisgoias.com.br/cidades/stf-garante-vaga-a-servidora-que-trabalha-no-tce-sem-concurso-ha-32-anos/

Escola do Legislativo e Procuradoria-Geral da Casa de Leis encerram ciclo de cursos sobre políticas públicas

A Escola do Legislativo encerrou nesta segunda-feira, 30, o módulo final do curso promovido em parceria com a Procuradoria-Geral da Casa, com o tema "Instituição de políticas públicas por iniciativa parlamentar". A aula inaugural ocorreu dia 29 de setembro e até a data de hoje foram cinco módulos ministrados nos encontros intermediados pelo time de procuradores da **Alego**, servidores do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-GO) e por professores da Universidade Federal de **Goiás** (UFG).

O curso teve por objetivo evidenciar aos servidores da **Alego**, sobretudo aqueles lotados em gabinetes, analisar e compreender sob os métodos juscientíficos a temáticas referentes à instituição de políticas públicas por iniciativa parlamentar, de modo a abordar os limites e as possibilidades. Além disso, o curso também esclareceu sobre critérios qualitativos para que a atividade seja realizada de forma eficaz, eficiente e efetiva.

Primeiros encontros

A aula inaugural foi ministrada pelo pós-doutor na área de teoria do direito Saulo de Oliveira Pinto Coelho. Ele explanou que políticas públicas são estratégias, planos, ações e decisões tomadas por governos e autoridades públicas para abordar problemas que afetam a sociedade como um todo. "Desempenham um papel fundamental na governança de um país e impactam profundamente a vida da população", pontuou.

O módulo II, intitulado "Instituição de Políticas Públicas por Iniciativa Parlamentar: Limites e Possibilidades", foi liderado pelo procurador da Casa Eduardo Henrique Lolli.

O módulo III, intitulado "Avaliação de políticas públicas e de impacto legislativo como garantia da qualidade das ações governamentais", foi ministrado pela **auditora** do **TCE**-GO Heloísa Helena.

No quarto módulo, o procurador Rafael Vasconcelos, explanou sobre o papel estratégico das leis orçamentárias na relação entre governo e legislativo e, também, discorreu sobre as diferentes leis orçamentárias, como o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA).

Encerramento

No último encontro, realzado hoje, foi ministrado pelo procurador da Casa, Eduardo Henrique Lolli. Os alunos realizaram um exercício com questões referentes aos conteúdos abordados. Após a resolução do exercício, as questões foram corrigidas pelo procurador de maneira explicativa, contextualizando com o dia a dia na **Alego**. Os exercícios abordaram a definição de políticas públicas, bem como os modelos possíveis que são desenvolvidos. Além disso, os tipos de avaliação e monitoramento de políticas públicas e os aspectos orçamentários também foram abordados nos exercícios de fixação de conteúdo.

Site: https://brasilemfolhas.com/2023/10/30/escola-do-legislativo-e-procuradoria-geral-da-casa-de-leis-encerram-ciclo-de-cursos-sobre-politicas-publicas/

Gaepe-GO fará reunião presencial em Goiânia

A iniciativa é do Instituto Articule, com apoio do **TCE-GO** e do TCMGO e cooperação da Atricon e do Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa.

O Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação no Estado de **Goiás** (**Gaepe-GO**) vai realizar sua primeira reunião presencial no dia 14 de novembro, no auditório do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE-GO**). Criado no início da pandemia, o grupo interinstitucional realiza encontros virtuais periódicos desde 2020 para avaliar as ações voltadas à educação e desta vez vai reunir representantes de órgãos públicos e entidades representativas com atuação na educação infantil para discutir as políticas estruturantes para o segmento.

A programação prevê fala da presidente-executiva do Todos pela Educação, Priscila Cruz. Além de ser uma das fundadoras do movimento, Cruz é mestre em Administração Pública pela Harvard Kennedy School of Government, sendo graduada em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Direito pela Universidade de São Paulo (USP). Também estão previstas falas do presidente do **TCE-GO**, **conselheiro Saulo Mesquita**; do **conselheiro** Fabrício Motta, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de **Goiás** (TCM-**GO**); da presidente-executiva do Instituto Articule, Alessandra Gotti; e de autoridades das entidades componentes do **Gaepe-GO**.

A reunião vai abordar as ações desenvolvidas em prol da educação infantil e alfabetização e será apresentado um diagnóstico do atendimento às crianças em idade escolar. Representantes da Secretaria de Estado da Educação (Seduc), da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e da União Nacional dos Conselheiros Municipais da Educação (Uncme) tratarão do fortalecimento do regime de colaboração e financiamento da educação.

O **Gaepe-GO** reúne gestores dos governos estadual e municipais, órgãos de controle, Sistema de Justiça e sociedade civil. Instalado em julho de 2020 para combater os reflexos da pandemia de covid-19 na Educação, passou a ser permanente e tratar de desafios do setor. A iniciativa é coordenada pelo Instituto Articule e tem apoio operacional do **TCE-GO** e do TCM-**GO**, com a cooperação da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e do Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB).

SERVIÇO

Reunião Presencial do **Gaepe-GO**: políticas estruturantes para a educação infantil e alfabetização

Data: 14/11/2023 (terça-feira), das 8h às 17h

Local: Auditório José Sebba, **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás**

End.: Av. Ubirajara Berocan Leite, Nº 640. Setor Jaó. **Goiânia/GO**

Fonte: Portal do **TCE-GO**

Site: https://www.tcmgo.tc.br/site/2023/10/gaepe-reuniao-presencial/